



Discernimento atento é a palavra de ordem que resume a intenção prática de um curioso manual que visa instruir todas as pessoas de boa vontade acerca dos mecanismos operantes e dos resultados potencialmente desastrosos da revolução cultural ocidental. Para quem aprecia o estilo "politicamente incorrecto" ou "vamos lá ouvir umas verdades incómodas" a obra *A Globalização da Revolução Cultural Ocidental: Conceitos-Chave e Mecanismos Operacionais* (Principia, 2015) de Marguerite A. Peeters cumpre a sua missão.

A desconstrução é o método de eleição para promover o esclarecimento acerca da vacuidade e ambiguidade do discurso moral globalizado pela engrenagem da ONU, seus parceiros preferenciais, poderosos *lobbies* e ONGs.

¹ Professores do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

Denúncia, portanto, de um vocabulário normativo oco disseminado por cabeças ocas? Infelizmente, a coisa é mais séria. Segundo a autora, deparamo-nos com os produtos finais da confluência das revoluções sexual, feminista e cultural de índole pós-moderna, que nas diversas formas de estruturar o pensar *contra*, (contra a antropologia de matriz judaica e cristã, mas não só, contra os conceitos opressivos de "realidade", "verdade", "lei divina", "estereótipos", "construções sociais", "civilização repressiva", "dicotomias castradoras") acabam apenas por exaltar o individualismo de liberdade irrestricta.

O problema destas máquinas de guerra em movimento, destes aprendizes de feiticeiros, é que depois de arrasarem os eixos da tradição moral do Ocidente, não sabem o que propor. Sucede-se uma espécie de nova ética global pós-moderna alicerçada em conceitos-chave propositadamente ambivalentes de forma a acomodarem o máximo de interpretações, leituras, múltiplas ideologias e grelhas de representação. O discurso moral deve ser inclusivo e suficientemente ambíguo: "globalização com rosto humano", "cidadania global", "democracia participativa", "governança", "abordagem holista", "saúde e direitos sexuais e reprodutivos", "dimensão do género", "melhores práticas", "diversidade cultural", "parlamento das crianças".

Pois bem, a inexistência de um significado claro e exclusivo destas expressões acaba por ser apropriada por uma minoria de "peritos" ou de engenheiros sociais não-democraticamente eleitos ou representativos que lhes dão um conteúdo bastante preciso e que, não raras vezes, subrepticamente, está ao serviço de agendas de transformação social e cultural.

Uma sugestão inquietante e um exemplo, entre vários, de preenchimento de ambiguidades? Veja-se a expressão "saúde reprodutiva" proposta no parágrafo 7.2 do documento da Conferência sobre a População e Desenvolvimento do Cairo (1994). Nele consagra-se o acesso à informação e serviços contraceptivos, cuidados pré-natais, pós-natais e natais, cuidados de saúde dos nascituros e aleitamento materno, tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, serviços de aborto, prevenção e tratamento de infertilidade, informação e educação sexual e sobre direitos sexuais reprodutivos. Como se opera a integração significativa de todos estes elementos? Convoca-se a experiência e a grelha de leitura da "sexualidade liberta" dos peritos da Organização Mundial de Saúde e da Federação

Internacional de Planeamento Familiar. Estes constatam que a "promoção sectorial da contraceção não funciona nos países em desenvolvimento onde a contraceção é contracultural". Logo, "é necessário evidenciar uma preocupação em primeiro lugar com a maternidade, a família e a vida e tirar partido dos serviços de saúde materna para ir lentamente transformando as mentalidades e demonstrando os "benefícios" da contraceção." (Cf., pp. 62.63)

Um pseudo-consenso cândido por base, o progresso das mentalidades por fim. Pelo meio, uma agenda política com uma visão particular da sexualidade que visa ilustrar todos aqueles que ainda não conseguem pensar sem a ajuda de outrem. O Ocidente civiliza o resto. Globaliza os produtos finais das suas revoluções tornando-os normativamente vinculativos através das grandes conferências internacionais sob o auspício da ONU.

Os "agentes da revolução", como lhes chama Marguerite Peeters, conseguiram habilmente apropriar-se da linguagem dos direitos, colocando-a quase integralmente ao serviço da revolução cultural que ambicionavam. A estratégia de ataque contra as tradições culturais e religiosas do Ocidente passou sempre pela reivindicação de novos "direitos", apresentados como conquistas contra a ordem tradicional e antiquada que era preciso ultrapassar.

O processo - como convém num processo de mudança radical que se deseje bem sucedido - foi gradual, embora bastante rápido. A ética pós-moderna assente no relativismo e em noções distorcidas do "direito à escolha", por chocar frontalmente com as tradições referidas, teria poucas hipóteses de implantação bem sucedida sem os devidos trabalhos preparatórios.

Assim, o processo começou pela distorção e apropriação da linguagem pelas vanguardas progressistas radicais. Todos os objectivos ambicionados passam a ser referidos como "direitos", colocando quem os nega na defensiva. Numa segunda fase, a transformação de mentalidades passa para o domínio da impregnação ideológica da educação e da cultura. A hegemonia dos revolucionários progressistas na comunicação social e no sistema de ensino é aqui fundamental. Gradualmente, o novos "direitos" tornam-se parte do dogmatismo politicamente correcto. Quem se desviar deve estar preparado para sofrer as devidas

consequências. Finalmente, está preparado o caminho para integrar plenamente os objectivos revolucionários na esfera política dando-lhes força de lei.

É importante realçar também que o trabalho de perversão dos direitos é feito a partir de dentro. Os novos "direitos" são proclamados como sequência natural dos direitos humanos universais reconhecidos no âmbito do património judaico e cristão. Mas, na realidade, os novos "direitos" proclamados pelos revolucionários são frontalmente opostos a esse património, o qual visam desconstruir radicalmente por via de um processo de engenharia social constructivista.

Perversamente, a propaganda dos "direitos" da pós-modernidade serve-se da legitimidade e reconhecimento histórico e filosófico da própria ordem moral que visam destruir. A nova ordem é também profundamente arbitraria e intrinsecamente conflituosa (pp. 94-95). O direito à escolha ou o direito à vida aplicam-se de forma selectiva em função dos objectivos radicais dos revolucionários. O direito à escolha pode por conseguinte traduzir-se na imposição da morte, enquanto o direito à vida é lido segundo as lentes muito particulares dos revolucionários. Uma vez afastados os incómodos princípios universais da ordem tradicional, resta a vontade arbitraria do engenheiro social constructivista para decidir quais as escolhas que prevalecem e quais as vidas dignas de ser vividas.

A assimilação artificial dos direitos radicais nos direitos universais procede e ganha espaço com a sua adopção - acrítica ou activamente comprometida com os objectivos revolucionários - por parte de organizações como a Amnistia Internacional ou a Human Rights Watch (p. 100). O caminho para a institucionalização da revolução passa por redes operacionais globais que actuam segundo etapas bem definidas.

As grandes conferências intergovernamentais da ONU e as organizações associadas e parceiras - com destaque para a IPPF fundada por Margaret Sanger - assumem aqui um papel crucial. Individualismo e colectivismo conjugam-se de forma eficaz na agenda e na prática dos revolucionários (pp. 122-123). O direito radical e absoluto a algumas escolhas (devidamente orientadas pelos engenheiros sociais) combina-se com objectivos colectivistas como o do controle da população.

Uma constelação de ONGs devidamente alinhadas com os objectivos revolucionários (e generosamente financiadas para esse efeito) completa o cenário, exercendo de forma contínua pressão pública sobre os governos e agindo nos bastidores para fazer avançar meticulosamente a agenda radical.

As estratégias usadas para a transformação social fazem uso abundante da dissimulação, da manipulação e das mais variadas técnicas de engenharia social. A construção orientada de "consensos" assume aqui uma importância decisiva. Uma vez definido o "consenso" pelos engenheiros sociais da nova ordem radical, a própria disputa democrática passa para segundo plano. A vitória dos revolucionários está garantida quando até os "conservadores" são coagidos ou manipulados de forma a se juntarem ao consenso.

Através de vários métodos e canais (como *gender mainstreaming*, subordinação da educação a objectivos progressistas, campanhas de propaganda, *slogans*, entre outros), a revolução cultural é difundida e consolidada.

O processo culmina com a cooptação dos dirigentes tradicionais e religiosos pela agenda revolucionária. Aprendendo com os fracassos de revolucionários do passado, os novos radicais procuram activamente parcerias com as religiões que as subordinem à nova ética (pp. 182-185). Negar as pretensões de universalidade das várias religiões tradicionais é um passo imprescindível para impor a ética revolucionária pós-moderna universalmente mas, uma vez garantido esse espaço, sobra um amplo espectro de convergência com comunidades de crenças disponíveis para agirem de forma "progressista".

O livro termina com um (justo) reconhecimento de que os processos de mudança social, cuja vertente radical é denunciada, produziram também aspectos positivos. Poderíamos acrescentar que destrinchá-los de forma clara é uma tarefa difícil mas fundamental. Globalmente considerada, trata-se de uma obra muito útil para quem partilha as preocupações que estão na sua base, ainda que falhe parcialmente na tarefa de ser persuasivo para quem esteja em dúvida.

Esta segunda vertente exigiria uma metodologia e argumentação mais apurada. Ainda assim, pelo notável trabalho de sistematização e síntese conseguido, o livro de Marguerite Peeters - em boa hora publicado entre nós através de uma parceria entre a Principia e a

Fundação A Junção do Bem - justifica amplamente a sua classificação como um "manual oportuno", para usar a feliz expressão de D. Manuel Clemente na Nota Introdutória da edição portuguesa.

Não obstante o aparente domínio hegemónico do laicismo militante e da sua agenda revolucionária, o próprio vazio intrínseco do radicalismo pós-moderno pode conduzir ao seu esgotamento e auto-destruição, tal como aconteceu com as contradições intrínsecas e fundamentalmente contrárias à dignidade da pessoa humana que levaram ao colapso do Muro de Berlim a partir de dentro. Por contribuir para o necessário esforço de consciencialização, vale a pena ler e divulgar o trabalho de Marguerite Peeters.